



Docencia e innovación

A biblioteca pública no currículo dos cursos brasileiros de Biblioteconomia: relação entre o ensino e o manifesto da IFLA

Alberto Calil Junior

Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
Brasil · caliljr@unirio.br

Naira Christofolletti Silveira

Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
Brasil · naira.silveira@unirio.br

Laiza Lima da Silva

Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
Brasil · laizlima.silva@hotmail.com

Victor Soares Rosa

Discente da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
Brasil · victorsoares92@yahoo.com.br

Resumo: No Brasil, a formação do Bibliotecário passa necessariamente pelo curso de graduação. Atualmente, o Ministério da Educação possui 71 cursos de graduação em Biblioteconomia cadastrados em seu sistema e-MEC, no entanto, nem todos estão em funcionamento. A maioria dos cursos encontra-se sob a responsabilidade de instituições públicas, federais ou estaduais. Independente do tipo da instituição de ensino, todas as regiões brasileiras (Norte, Nordeste, Centro-Oeste, Sul e Sudeste) possuem cursos de graduação em Biblioteconomia em funcionamento. Os processos sócio-históricos de construção dos cursos de formação em Biblioteconomia no país, em geral, convergem para uma formação básica, na qual são agregados outros elementos de formação para adequar à realidade social em qual o curso está inserido. Nessa perspectiva, os diversos temas necessários à formação do bibliotecário são distribuídos entre os componentes curriculares que formam a matriz curricular dos cursos, a saber: disciplinas obrigatórias, disciplinas optativas, estágio curricular, atividade complementar e trabalho de conclusão de curso. Considerando, a relevância da abordagem de temas relacionados à Biblioteca Pública na formação do bibliotecário, coadunando com o Manifesto da IFLA/UNESCO sobre Bibliotecas Públicas, o presente trabalho tem como objetivo: a) Mapear os currículos dos cursos de Biblioteconomia no Brasil; b) Identificar os componentes curriculares que abordam temas relacionados à Biblioteca Pública; c) Analisar, através da metodologia de análise documental, as ementas das disciplinas elencadas a fim de identificar aproximações e distanciamentos com as diretrizes da IFLA para Bibliotecas Públicas. Serão consideradas como amostragem desta pesquisa, as instituições de ensino que disponibilizam seus projetos pedagógicos em seus respectivos sites, pelo menos um curso de cada região será analisado. Com base na análise busca-se identificar com qual incidência a biblioteca pública é abordada durante a formação do bibliotecário e em qual(is) do(s) componentes curriculares a temática é abordada. Propõe-se ainda, a comparação do conteúdo da(s) ementa(s) da(s) disciplina(s) elencadas às diretrizes propostas pelo Manifesto. Os resultados preliminares revelam que, no estado do Rio de Janeiro, a Biblioteca Pública é abordada através de disciplinas optativas em dois cursos e no estágio curricular de outro curso analisado. Acredita-se que a ausência desta temática na formação básica do bibliotecário está resultando em um distanciamento do bibliotecário com este equipamento cultural tão necessário ao desenvolvimento da sociedade de seus indivíduos. Como considerações finais, ressalta-se que a temática biblioteca pública deveria ser melhor abordada na formação do bibliotecário, assim

como no meio acadêmico e profissional, para que a sociedade brasileira possa usufruir de todos os recursos que uma Biblioteca Pública é capaz de oferecer.

Palavras-chave: Ensino; Bibliotecas Públicas; Manifesto da IFLA/UNESCO sobre Bibliotecas Públicas; Biblioteconomia; Brasil.

Abstract: Librarian education in Brazil is focused on graduation studies. Nowadays, there are 71 Libraries schools registered on MEC, although, some of them are out of service. The majority of Library Sciences graduate programs are offered by the Public Universities and despite of the magnitude of Brazilian territory, there are established programs in all regions of the country. Due to the conditions of their formation, Library Sciences programs are focused on basic subjects improved by some topics related both, to the social context and to the region where the course was installed. From this perspective, the various topics needed for librarians formation are divided between curricular components: compulsory courses, elective courses, traineeship, complementary activities and monograph. Considering the importance of addressing issues related to Public Library and the influence of the IFLA/ UNESCO Manifesto to point some policies for public libraries in Brazil, this paper aims to: a) Map the curriculum of library sciences programs in Brazil; b) identify the curriculum components that address issues related to Public Library; c) analyze, through the documental analysis methodology, the menus of the disciplines listed in order to identify similarities and differences with the guidelines of IFLA/ UNESCO for Public Libraries. It will be considered as sample of this research at least one course in each region of the country and also the graduated programs that provide their pedagogical projects in their respective websites. This research aims to identify whether the public library is discussed in these graduate programs and how it appears on the curriculum. It also proposes a comparison between the selected courses and the guidelines listed on IFLA Manifesto. Preliminary results show that in the state of Rio de Janeiro, Public Library is addressed mostly through elective courses. It is believed that the absence of this subject in librarians' formation could be one of the causes of the lack between librarians and Public Libraries in Brazil. As conclusion, it is emphasized that the public library should be better addressed in the graduated programs as well as in academic and professional circles, so that Brazilian society can enjoy all the features that a Public Library is able to offer.

Keywords: Education; Public Library; IFLA/UNESCO Public Library Manifesto; Library Sciences; Brazil.

Introdução

Dados veiculados pelo Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas informam que em abril de 2015 o Brasil totalizava 6.102 bibliotecas públicas em seu território (Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas, 2015). Tais números impressionam pelo seu volume e, de certa forma, refletem um conjunto de ações - tanto no âmbito das políticas públicas, quanto de ações da sociedade civil - voltadas para o fortalecimento das bibliotecas públicas na sociedade brasileira. Entretanto, é preciso relativizar tais números. A existência de um aparelho intitulado biblioteca pública em uma localidade não garante a presença dessa biblioteca no cotidiano da comunidade. Além disso, outros fatores orbitam a questão das bibliotecas públicas em nossa sociedade.

Aspectos como o papel da biblioteca pública, relações com a comunidade local, financiamento, desenvolvimento de coleções, relações com o Estado, *staff*, organização dos acervos, atividades de mediação, missão; foram e continuam sendo objeto de debates entre os diversos atores envolvidos com as bibliotecas públicas. Desse contexto, emergem questões relacionadas à formação dos profissionais que atuam em bibliotecas, particularmente dos bibliotecários, dentre as quais destacam-se, para efeitos da pesquisa aqui apresentada as relacionadas a presença de conteúdos que estudem a Biblioteca Pública ou temas correlatos, de forma a instrumentalizar os bibliotecários para a atuação em bibliotecas públicas.

O Grupo de Pesquisa Bibliotecas Públicas no Brasil: reflexão e prática, tem direcionado suas pesquisas para diferentes linhas relacionadas à biblioteca pública, entre elas, o ensino de Biblioteconomia. Como resultados preliminares de pesquisas desenvolvidas neste grupo, verifica-se que a biblioteca pública consta no projeto pedagógico como disciplina optativa nos cursos presenciais de duas universidades

situadas na cidade do Rio de Janeiro. Ela também está presente no Estágio de um curso a distância, ainda não iniciado, mas credenciado ao Ministério da Educação.

É no interior deste quadro que esse trabalho se coloca. Admitindo-se que urge refletir sobre o papel do bibliotecário nas bibliotecas públicas brasileiras, em particular no que se refere à construção do lugar social da biblioteca pública na sociedade contemporânea, considera-se capital o estudo de sua formação. Sendo assim, o objetivo geral deste trabalho é investigar a formação do bibliotecário no Brasil, verificando os componentes curriculares que abordam a temática de "biblioteca pública" durante a graduação dos cursos de Biblioteconomia.

Biblioteca pública na sociedade brasileira: um breve panorama

No mês de agosto de 2015 a Biblioteca Parque Estadual do Rio de Janeiro foi citada em uma reportagem de um programa televisivo de um dos canais de maior audiência no Brasil. A Biblioteca Pública não era o tema central da reportagem, mas ao tratar da transformação na vida de uma moradora de rua, que por frequentar diariamente a Biblioteca Parque Estadual foi notada por uma das funcionárias da biblioteca e convidada para uma sessão de fotos, alavancando uma possível carreira de modelo fotográfico, a imagem da Biblioteca Pública como um espaço e como um ator da transformação social emerge em cadeia nacional de televisão.

A partir da entrada no século XXI, essa relativa visibilidade da Biblioteca Pública vem se confirmando como uma tendência na sociedade brasileira. Além de uma presença periódica e constante na mídia, acompanhada por uma crescente ocupação do ciberespaço (Almendra & Calil Junior, 2013), o interesse pelo tema pode ser notado em outros espaços. Calil Junior (2014) aponta que, no que se refere à produção científica no campo informacional brasileiro, apesar do interesse na temática "biblioteca pública" ainda ser considerado baixo, em comparação com outros temas, as últimas décadas apontam para um aumento da produção sobre o tema. Enquanto que na década de 1990 apenas 2 documentos são encontrados na tipologia "teses e dissertações", esse número cresce para 10 na primeira década do século XXI e para 15, desde 2010 (Calil Junior, 2014).

A biblioteca pública vem ocupando espaço também na agenda de debates dos bibliotecários. Desde o ano de 2009 o Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas vem promovendo o Fórum Brasileiro de Bibliotecas Públicas, que no ano de 2015 em parceria como Grupo de Pesquisa Bibliotecas Públicas no Brasil, realizou a sua 4 edição durante o Congresso Brasileiro de Biblioteconomia, Documentação e Ciência da Informação, que reúne bibliotecários de todo o país.

Apesar dessa tendência de crescimento do interesse pela temática Bibliotecas Públicas no campo informacional brasileiro a literatura da área aponta que existe, na sociedade brasileira, um conjunto de obstáculos para o posicionamento desta instituição no cenário brasileiro (Flusser, 1980, Mueller, 1984, Almeida Junior, 1997, Milanesi, 2003).

Em março de 2012, foi publicada a 3ª edição da pesquisa Retratos da Leitura no Brasil a qual apontou que a maioria esmagadora da população brasileira, 76%, não frequenta a biblioteca pública. Dos 24% que se dizem frequentadores, 70% são estudantes, 2% são pessoas que não foram alfabetizadas no ensino formal, 54% encontra-se no ensino fundamental, 24% no ensino médio e 19% no ensino superior (Instituto Pró-Livro, 2012). Estes dados reforçam a teoria de que, no Brasil, a biblioteca pública faz, às vezes, de biblioteca escolar (Milanesi, 1986).

A biblioteca pública brasileira apresenta-se fragilizada e em condições precárias. Vale lembrar que tal "estado" é o resultado de uma construção sócio-histórica que, ao longo dos anos, vem sendo carregada e conformada por distintos atributos, lugares e funções (Mueller, 1984, Suaíden, 2000, Medeiros, 2010, Silveira & Reis, 2011, Azevedo, 2012). Lugar da cultura e da erudição, templo do saber, depósito de livros, espaço de formação, lugar de castigo, apêndice da escola, lugar de práticas culturais, centro de informação, muitos tem sido os sentidos que surgem na literatura e no cotidiano na tentativa de atribuição de um lugar social para as bibliotecas públicas. Contudo, a despeito da fragilidade, precariedade e das disputas de sentido, as "bibliotecas

públicas” estão presentes em grande parte dos municípios brasileiros, conforme citado na introdução deste trabalho.

A presença desse aparelho na maioria do território nacional - considerando-se dentre outros fatores as dimensões territoriais do Brasil, bem como as idiosincrasias culturais - levanta questões em relação à formação dos bibliotecários na Escolas de Biblioteconomia brasileiras: A temática Bibliotecas Públicas faz parte da formação dos bibliotecários brasileiros? Qual a quantidade de componentes curriculares que tratam diretamente do tema? Em que medida as bibliotecas públicas e as práticas profissionais a elas ligadas estão presentes no ensino de Biblioteconomia no Brasil?

O ensino de Biblioteconomia e a biblioteca pública no Brasil

A situação da biblioteca pública brasileira pode ser compreendida considerando diversos aspectos: sociais, políticos, econômicos e culturais. Neste trabalho, busca-se analisar como a biblioteca pública está inserida na formação do bibliotecário, profissional exigido por lei para atuar em bibliotecas. Para exercer essa profissão, primeiramente é necessário obter o título de bacharel em Biblioteconomia (Brasil, 1962), de acordo com a regulamentação do Ministério da Educação (MEC) e obter o seu registro em situação regular no Conselho Regional de Biblioteconomia de sua Região.

Embora a legislação que regula a profissão do bibliotecário no Brasil seja de 1962, a existência de bibliotecas, o ensino e a formação do bibliotecário se inicia muito antes, em 1911, conforme relata Castro (2000). Dentre os pontos apresentados pelo autor, observa-se que o ensino iniciou na Biblioteca Nacional com o intuito de qualificar o pessoas para atuarem na Biblioteca, o ensino era pautado na estrutura da Biblioteca Nacional. Em 1962 e 1982 foram propostos dois currículos mínimos para o ensino de graduação em Biblioteconomia no Brasil, que nesta época já ultrapassara e muito os limites da Biblioteca Nacional do Brasil. Tais currículos deveriam ser seguidos por todas as escolas de Biblioteconomia, a fim de fornecer uma formação padronizada do profissional. Embora o currículo mínimo não tivesse agradado a todos, ele permaneceu vigente por algum tempo. Até que a LDB (Brasil, 1996) possibilitou às universidades terem autonomia para elaborar seus próprios currículos, a partir de regras gerais destinadas à educação superior. Em relação à Biblioteconomia, as escolas deveriam seguir o Parecer 492/2001 (Ministério da Educação, 2001).

Neste parecer é possível identificar o perfil e as competências do bibliotecário, assim como é possível identificar que cada escola poderá traçar um perfil específico, através de seus projetos políticos pedagógicos. Após esse período, é possível observar uma série de mudanças curriculares e identificar várias diferenças entre os currículos do curso de Biblioteconomia, embora ainda existam regras que devem ser seguidas por todas as escolas.

Por exemplo, o MEC estipula que a carga horária mínima total para o curso de graduação presencial em Biblioteconomia é de 2.400 horas (Ministério da Educação, 2007). Porém, cada instituição deve estabelecer sua carga horária de acordo com as suas características, assim como, deve estabelecer a matriz curricular com os componentes curriculares (disciplinas obrigatórias, optativas, atividades complementares, estágio e trabalho de conclusão de curso) de acordo com a autonomia universitária.

Neste sentido, as Universidades dispõem em seus projetos políticos pedagógicos todas as informações referentes à formação do aluno, incluindo os conteúdos a serem abordados durante o período de sua formação. Essa possibilidade de flexibilidade do currículo é muito importante, pois permite identificar e valorizar características regionais, agregando valores à formação e atendendo às demandas específicas.

Independente das particularidades de cada curso de Biblioteconomia, caso o projeto de lei n. 3727/2012 (Stédile, 2012), apensado ao projeto de lei n. 6959/2013 (Nascimento, 2013), seja aprovado, todos os municípios serão obrigados a possuir uma biblioteca pública. Neste caso, entende-se que a presença da biblioteca pública na formação do bibliotecário será fundamental para que este equipamento alcance todos os seus objetivos, cumprindo assim com as Diretrizes da IFLA para as Bibliotecas Públicas (IFLA, 1994).

O Manifesto reitera o papel do bibliotecário como uma agente cultural e mobilizador da sociedade, afirmando que a implementação do manifesto está diretamente relacionada à comunidade bibliotecária. Portanto para que a missão da biblioteca pública seja alcançada, necessitará de um bibliotecário formado para esta atuação. Claro que o manifesto aborda questões culturais que perpassam toda a formação do bibliotecário, não somente daqueles que atuam em bibliotecas públicas, porém acredita-se que os valores presentes no Manifesto exigem uma formação específica do bibliotecário para que ele atue diretamente nas missões-chave da biblioteca pública.

Neste sentido, o presente estudo busca identificar como a biblioteca pública tem sido abordada no contexto de formação do bibliotecário.

Metodologia

Tendo em vista a abrangência da pesquisa pretende-se realizar uma revisão de literatura sobre as categorias que sustentam a análise aqui proposta, apresentadas nas seções anteriores, bem como sobre a articulação entre as mesmas, tendo em vista que esta pesquisa situa-se na convergência entre distintos campos de saberes. Na mesma direção pretende-se analisar as ementas e bibliografias dos cursos de graduação em Biblioteconomia do país.

A seguir, buscou-se identificar nos currículos dos cursos de Biblioteconomia brasileiros a presença da temática biblioteca pública. Primeiro, realizou-se uma busca para identificar quantos cursos de graduação em Biblioteconomia existem cadastrados junto ao Ministério da Educação (MEC). Foram recuperados 71 cursos, entretanto, alguns encontram-se desativados, destes, 57 são cursos de bacharelado em Biblioteconomia em funcionamento. Existem 27 cursos ofertados em 24 universidades federais. O número de cursos e o número de universidades não são correspondentes porque algumas universidades ofertam mais de um curso, por exemplo, turno matutino e turno noturno contabilizam como sendo dois cursos distintos.

Para este trabalho selecionou-se como amostra um curso de cada região do país, totalizando cinco cursos em cinco universidades. O território brasileiro é dividido em 5 regiões, a saber: Norte, Nordeste, Centro-Oeste, Sudeste e Sul. Optou-se por realizar a pesquisa em Universidades Públicas Federais, considerando-se que as mesmas têm como prática a articulação entre o ensino, a pesquisa e a extensão.

Sendo assim, tem-se a seguinte amostra: a Universidade Federal de Manaus (UFAM) representa a Região Norte, a Universidade da Bahia (UFBA) representa a Região Nordeste, a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) representa a Região Sul, a Universidade de Brasília (UnB) representa a Região Centro-Oeste e a Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO) representa a Região Sudeste do Brasil.

Após a seleção da amostra, foram consultados os sites oficiais das respectivas universidades, e conseqüentemente as páginas oficiais de seus cursos, os quais foram coletados e analisados os projetos pedagógicos. Com base nos dados obtidos, foram elaborados tabelas e quadros, conforme apresentados na seção a seguir.

Análise e resultados

Com o intuito de apresentar os cursos, a tabela 1 apresenta a distribuição dos componentes curriculares de cada curso nas universidades analisadas. Ao se comparar os cursos, observa-se a existência de uma diversidade na distribuição de créditos. Embora todas possuam os mesmos componentes curriculares - disciplinas obrigatórias, disciplinas optativas, estágios e TCC - a carga horária dedicada a cada um desses componentes varia conforme o curso. Infere-se dos dados que tal variação pode representar uma preocupação no atendimento às demandas regionais

Tabela 1 - Total de componentes curriculares por curso

UNIVERSIDADE	OBRIGATÓRIA	OPTATIVAS	ESTAGIOS	TCC
UFAM	33	8	4(240h)	1(90h)
UFBA	32	12	1(315h)	1(315h)
UFSC	33	19	1(270h)	1(108h)
UNB	24	187	2	1
UNIRIO	33	99	4(300h)	1(30h)

Fonte: Baseado nos projetos pedagógicos dos cursos.

O quantitativo das disciplinas optativas da tabela, indicam o número de disciplinas elencadas nos projetos pedagógico ou na matriz curricular dos cursos. Elas constituem o número de opções disponíveis aos alunos, entretanto não representam o número total de disciplinas optativas que os alunos devam cursar.

Na UFBA, o Estágio Supervisionado também contempla a elaboração do TCC, eles constam do ementário como sendo a mesma disciplina. Na Universidade de Brasília, os alunos devem cursar além das 24 disciplinas obrigatórias, outras cinco disciplinas optativas, as quais são escolhidas dentro de um conjunto de 187 disciplinas, dependendo da oferta de cada semestre. No caso da UNIRIO, a tabela contempla o curso de Bacharelado em Biblioteconomia, ofertado tanto no turno matutino quanto no noturno com mesma carga horária e número de disciplinas. Desconsiderou-se o curso de Licenciatura, uma vez que para exercer a função de bibliotecário, deve-se ser bacharel em Biblioteconomia.

Após este breve panorama geral, buscou-se nas denominações ou nas ementas dos componentes curriculares, quais abordam a biblioteca pública.

Quadro 1 - Disciplinas que abordam biblioteca pública

UNIVERSIDADE	NOME DA DISCIPLINA	TIPO	CARGA HORÁRIA
UFAM	Leitura e Biblioteca	Optativa	45h
UFBA	Bibliotecas Públicas Escolares	Optativa	68h
UFSC	Unidades de Informação Gerais	Optativa	72h
UNB	-----	----	----
UNIRIO	Biblioteconomia Especializada	Optativa	60h
	Biblioteconomia Pública	Optativa	60h

Fonte: Baseado nos projetos pedagógicos dos cursos.

Dos cinco cursos analisados, apenas no curso da UNB não foi possível identificar alguma disciplina que aborde a Biblioteca Pública. A UNIRIO oferece duas disciplinas que tratam da temática biblioteca pública. Observa-se que todas as disciplinas que abordam a biblioteca pública são disciplinas optativas, ou seja, não são parte obrigatória do currículo, podendo ser ofertadas ou não, conforme fatores contingenciais, como por exemplo, o desenvolvimento de pesquisas sobre o tema por docentes do curso.

Nos casos em que a temática não esta claramente visível na denominação da disciplina, é possível verificar que a presença do tema a partir da identificação do termo biblioteca pública no objetivo da disciplina ou em sua ementa, conforme apresentado no Quadro 2.

Quadro 2: Ementas das disciplinas

UNIVERSIDADE	DISCIPLINA	EMENTA
UFAM	Leitura e Biblioteca	Histórico, conceito e objetivo do código de escrita e da biblioteca. Leitura infantil, juvenil e adulta. Valor político, econômico e social da leitura. Objetivo: Conhecer a história e evolução da leitura e do envolvimento das bibliotecas escolares e públicas nesse processo, através dos tempos.
UFBA	Bibliotecas Públicas Escolares	Conceituação e funções das bibliotecas infantis, escolares, públicas e comunitárias. Estrutura, funcionamento e dinamização. As diferentes abordagens da leitura como fator de desenvolvimento. Legislação e estabelecimento de uma política de bibliotecas. Perspectivas e alternativas das bibliotecas e o papel do bibliotecário. O usuário, a divulgação e o marketing nas bibliotecas.

UFSC	Unidades de Informação Gerais	Contempla o estudo dos serviços desenvolvidos em bibliotecas públicas, escolares e infantis.
UNIRIO	Biblioteconomia Especializada	Fundamentos da Biblioteconomia Especializada. Biblioteconomia e Documentação científica. As bibliotecas especializadas públicas e privadas.
	Biblioteconomia Pública	Fundamentos da Biblioteconomia Pública. Bibliotecas públicas como centro de informação, de cultura e de lazer. Origens, funções, objetivos, características e conceitos da biblioteca pública. Sistemas de bibliotecas públicas: nacional, estadual e municipal. Política e gerenciamento de bibliotecas públicas. Recursos humanos, materiais e instalações das bibliotecas públicas. O bibliotecário da biblioteca pública.

Fonte: Baseado nos projetos pedagógicos dos cursos.

Uma das hipóteses dessa investigação é influência do Manifesto da IFLA/UNESCO sobre bibliotecas públicas na formação dos bibliotecários, no que se refere a temática Bibliotecas Públicas. As análises das ementas realizadas até esse ponto da pesquisa apontam na direção de uma esfera de influência dos referidos Manifestos na formação dos bibliotecários brasileiros, no entanto, consideram-se necessários novos estudos – como, por exemplo, a análise das bibliografias dos cursos – a fim de se construir uma análise mais ampla do quadro. Machado, Calil Junior e Aquiles (2014) apontam para essa presença dos Manifestos no cotidiano das bibliotecas públicas brasileiras. Segundo os autores, em relação ao marco legal para bibliotecas públicas no país não há uma lei específica que oriente, ou estabeleça parâmetros mínimos para que os municípios implementem bibliotecas públicas em suas localidades. A área é regida pelas diretrizes internacionais estabelecidas pelo Manifesto da IFLA/UNESCO de 1994, muito difundido no campo da Biblioteconomia, e pelas diretrizes estabelecidas pelo Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas (SNBP).

No interior desse quadro é preciso considerar também que a existência de bibliotecas públicas em todos os municípios brasileiros se configura como uma das metas do governo federal. E, conforme estabelece a regulamentação da profissão no Brasil, se há uma biblioteca, a presença do bibliotecário é exigida por lei. Considerando-se a extensão territorial do país e a quantidade de municípios - 5564, algumas questões emergem da análise desse contexto: as Escolas de Biblioteconomia do país formam bibliotecários em quantidade suficiente para atuar nessas milhares de bibliotecas? As particularidades regionais são abordadas no currículo do bibliotecário? Considera-se que a formação do bibliotecário deve contemplar aspectos relacionados às bibliotecas públicas, mas também aqueles relacionados à diversidade cultural e às características das comunidades locais. A atenção a tais questões por parte dos profissionais que atuam em bibliotecas públicas são preconizadas pelo já citado Manifesto, que dentre outras recomendações elenca:

5. Promover o conhecimento sobre a herança cultural, o apreço pelas artes e pelas realizações e inovações científicas;
6. Possibilitar o acesso a todas as formas de expressão cultural das artes do espectáculo;
7. Fomentar o diálogo inter-cultural e a diversidade cultural;
8. Apoiar a tradição oral;
9. Assegurar o acesso dos cidadãos a todos os tipos de informação da comunidade local;
10. Proporcionar serviços de informação adequados às empresas locais, associações e grupos de interesse (IFLA, 1994, p. [2]).

A partir da leitura do Manifesto, que procura estabelecer diretrizes gerais para as Bibliotecas Públicas, percebe-se a relevância da inserção de temas relacionados aos aspectos culturais e a observação da diversidade cultural, particularmente em um país com vastas dimensões como o Brasil. O Manifesto estabelece diretrizes gerais, que necessitam ser adaptadas às realidades nacionais e regionais e, nessa perspectiva, os currículos das Escolas de Biblioteconomia no Brasil devem articular tais conhecimentos, a fim de potencializar a formação dos futuros bibliotecários..

Neste sentido, entende-se que, no que se refere às bibliotecas públicas e a temas correlatos, a atual configuração curricular dos cursos de biblioteconomia no Brasil, não contempla os conteúdos necessários à formação do profissional para a atuação em bibliotecas públicas, na medida em que a oferta está restrita à disciplinas optativas, quando presente. Esse quadro afeta diretamente a construção da noção de biblioteca pública na sociedade brasileira, tanto no que se refere as práticas desenvolvidas nas e pelas bibliotecas, quanto às imagens que a mesma assume perante a sociedade e os cidadãos brasileiros, na medida em que, a formação do bibliotecário afeta diretamente estas práticas.

A partir dos resultados já encontrados na pesquisa, pode-se afirmar que, a presença do conteúdo nos currículos, mesmo que de forma isolada e esparsa (já que se tratam de disciplinas optativas), apontam na direção de uma tentativa de apresentação do debate sobre as práticas em bibliotecas públicas, no âmbito das prescrições internacionais sobre a questão.

Considerações finais

Dada a diversidade de tipologias de bibliotecas e as dimensões do país, é esperado que nem todos os bibliotecários atuem em bibliotecas públicas. Espera-se também que cada aluno opte por cursar disciplinas que se coadunem com seu perfil individual. Neste contexto, a oferta de disciplina optativa é a melhor opção para delinear e preparar o perfil de cada aluno conforme suas aspirações.

Entretanto, se cada município passar a ter uma biblioteca pública, o mercado de trabalho absorverá uma grande parte desses profissionais. Neste sentido fica a questão: será que estaremos preparados para este novo cenário? Será que os bibliotecários já graduados e os que estão por se graduar estão preparados para atuarem em bibliotecas públicas?

Tais questões permeiam o universo docente e discente, pois colocam um tema importante em discussão e reafirmam o papel social da biblioteca e do bibliotecário.

Considera-se como um resultado positivo a existência de disciplinas relacionadas à biblioteca pública nos projetos pedagógicos dos cursos. Entretanto, sabe-se que a existência de uma disciplina optativa nem sempre se efetiva, por isso, torna-se necessário o prosseguimento da pesquisa – e a realização de novas investigações – buscando identificar a oferta dessa disciplina nos cursos em relação com o número de alunos matriculados, bem como a análise pormenorizada das ementas e bibliográficas das disciplinas.

Por fim, acredita-se que a ausência desta temática na formação básica do bibliotecário está resultando em um distanciamento do bibliotecário com este equipamento cultural tão necessário as transformações da sociedade contemporânea. Ressalta-se que a temática biblioteca pública deveria ser melhor abordada na formação do bibliotecário, assim como no meio acadêmico e profissional, para que a sociedade brasileira possa usufruir de todos os recursos que uma Biblioteca Pública é capaz de oferecer.

Referências

Almeida Junior, O. F. de (1997). Bibliotecas públicas e bibliotecas alternativas. Londrina: Editora UEL.

Almendra, G., & Calil Junior, A. (2013). Mapeamento das ferramentas colaborativas da Bibliotecas Públicas Brasileiras. In: Congresso Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação e Fórum Brasileiro de Bibliotecas Públicas, 2013, Florianópolis. Anais do CBBB. Florianópolis: FEBAB.

Azevedo, F. C. (2012). 200 anos da primeira biblioteca pública do Brasil: considerações histórico-biblioteconômicas acerca dessa efeméride. Perspectivas em Ciência da Informação, Belo Horizonte, v. 17 (2), p.2 -25, abr./jun.

Calil Junior, A (2014). A (in) visibilidade da temática Bibliotecas Públicas no campo informacional brasileiro. In: Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação, 2014, Belo Horizonte. Anais do XV ENANCIB. Belo Horizonte: ECI/UFMG.

Flusser, V. (1980). Uma biblioteca verdadeiramente pública. Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG, Belo Horizonte, v. 9 (2), p. 131-8, set.

Medeiros, A. L. (2010). Biblioteca e cidadania. Sinais Sociais, Rio de Janeiro, v. 4 (13), p. 10-45, maio/ago.

Milanesi, L. (1986). Ordenara para desordenar. 2. ed. São Paulo: Brasiliense.

Milanesi, L. (2003). A casa da invenção: biblioteca centro de cultura. 4. ed. Cotia, SP: Atêlie.

Mueller, S. (1984). Bibliotecas e Sociedade: evolução da interpretação de funções e papéis da biblioteca. Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG, Belo Horizonte, v. 13 (1), p. 7-54, mar.

Silveira, F. J. N. da & Reis, A. S. dos (2011). Biblioteca pública como lugar de práticas culturais: uma discussão sócio-históricas. Informação & Sociedade: estudos, João Pessoa, v. 21 (1), p. 37-54, jan./abr.

Suaiden, E. J. (2000). A biblioteca pública no contexto da sociedade da informação. Ciência da Informação, Brasília, v. 29 (2), p.52-60, maio/ago.

Brasil (1962). Lei N. 4.084, de 30 de junho de 1962. Brasília: Presidência da República. Dispõe sobre a profissão de bibliotecário e regula seu exercício. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/L4084.htm>. Acesso em: 26 ago. 2015.

Castro, C. A. (2000). História da Biblioteconomia Brasileira: perspectiva histórica. Brasília, DF: Thesaurus.

IFLA (1994). Manifesto da IFLA/UNESCO sobre Bibliotecas Públicas. IFLA. Disponível em: <<http://archive.ifla.org/VII/s8/unesco/port.htm>>. Acesso em: 04 set. 2015.

Instituto Pró-Livro (2012). Retratos da leitura no Brasil. Disponível em: <<http://www.prolivro.org.br/ipl/publier4.0/texto.asp?id=2834>>. Acesso em: 23 fev. 2014.

Ministério da Educação (2001). Parecer n. CNE/CES 492/2001. Brasília: MEC. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CES0492.pdf>>. Acesso em: 04 set. 2015.

Ministério da Educação (2007). Resolução n. 2, de 18 de junho de 2007. Brasília: MEC, 2007. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/2007/rces002_07.pdf>. Acesso em: 26 ago. 2015.

Nascimento, A. (2013). Projeto de Lei n. 6959/2013. Brasília, DF: Câmara. Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=604440&ord=1>>. Acesso em: 04 set. 2015.

Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas (2013). Relação de Bibliotecas Públicas no Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: FBN. Disponível em: <<http://snbp.bn.br/wp-content/arquivos/2014/03/RJ-Lista-das-Bibliotecas-Publicas.pdf>>. Acesso em: 30 abr. 2014.

Stédile, J. (2012). Projeto de Lei n. 3727/2012. Brasília, DF: Câmara. Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=541906>>. Acesso em: 04 set. 2015.